

## **COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

**Parecer nº 01/2026**, do Projeto de Lei nº 01/2026 do Poder Executivo.

**I – Relatório:** Conforme se vislumbra pelo conteúdo do projeto apresentado, o Poder Executivo busca autorização do Poder Legislativo para efetuar a abertura de Crédito Especial para a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente. O valor do crédito especial é de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), conforme ação orçamentária de custeio proveniente da Emenda Parlamentar nº 28670001 do Deputado Federal Marcon (PT - RS), cadastrada na Plataforma TransfereGov, através do Plano de Ação nº 09032025-2-086508/2025, destinada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária na modalidade de Transferência Especial. Pretende-se abertura de crédito especial, do referido valor, dentro do programa de fomento à agricultura e pecuária, e por se tratar de emenda de custeio, será utilizada na manutenção dos serviços da secretaria, por meio da contratação de horas máquina de escavadeira hidráulica e trator de esteira, a ser utilizado na conservação das estradas vicinais, bem como, para compra de insumos agrícolas, a serem distribuídos para os produtores rurais do município.

**II - Fundamentação:** O projeto se encontra dentro dos ditames legais e devidamente amparado pela Constituição Federal, pela Lei de Respeitabilidade Fiscal e pela Lei Orgânica Municipal, está amparado pelos princípios da legalidade, eficiência e transparência administrativa, medida de interesse público, destinada ao fomento da atividade agropecuária e à melhoria das condições de trabalho e produtividade dos agricultores do Município de Charrua.

**Parecer Final: Somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.**

Sala de Comissões, em 07 de Janeiro de 2026.

**Josiane Ferron Rebelatto**  
**Relator**

**Marli Galafassi Machado**

**Francieli Mezomo Frigeri**

## **COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

**Parecer nº 02/2026**, do Projeto de Lei nº 02/2026 do Poder Executivo.

**I – Relatório:** Conforme se vislumbra pelo conteúdo do projeto apresentado, o Poder Executivo busca autorização do Poder Legislativo para efetuar a abertura de Crédito Especial para a Secretaria Municipal de Assistência Social. O valor do crédito especial é de R\$ 1.545.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil reais), oriundos do Programa Minha Casa, Minha Vida, FNHIS Sub 50, o qual abrange repasse de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, para os municípios beneficiados, no desenvolvimento de ações voltadas às linhas de atendimento de produção de unidades habitacionais em localidades urbanas, de municípios com população inferior ou igual a cinquenta mil habitantes. O município foi contemplado com o programa em 2025, para provisão habitacional de 10 (dez) residências unifamiliares populares, no Loteamento Social Vista do Sol, firmando assim o Termo de Compromisso nº 983478/2025, com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, o qual segue em anexo. Nesta oportunidade, pretende-se a abertura do crédito especial do valor global do programa para que se possa iniciar os processos licitatórios exigidos pela União, sendo R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), repassados pelo Governo Federal, R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), como contrapartida municipal para construção das residências e, R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) como contrapartida municipal para elaboração e execução do projeto social obrigatório.

**II - Fundamentação:** O projeto se encontra dentro dos ditames legais e devidamente amparado pela Constituição Federal, pela Lei de Respeitabilidade Fiscal e pela Lei Orgânica Municipal, está amparado pelos princípios da legalidade, eficiência e transparência administrativa, medida de interesse público, destinada ao incentivo das famílias carentes, contribui diretamente para a melhoria das condições habitacionais e a promoção da dignidade humana, em conformidade com o princípio da função social da propriedade e a política pública habitacional.

**Parecer Final: Somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.**

Sala de Comissões, em 07 de Janeiro de 2026.

**Josiane Ferron Rebelatto**

**Relator**

**Marli Galafassi Machado**

**Francieli Mezomo Frigeri**

## **COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

**Parecer nº 03/2026**, do Projeto de Lei nº 03/2026 do Poder Executivo.

**I – Relatório:** Conforme se vislumbra pelo conteúdo do projeto apresentado, o Poder Executivo busca autorização do Poder Legislativo para efetuar a abertura de Créditos Especiais para a Secretaria Municipal da Saúde. Os valores de créditos especiais a serem abertos são referentes a repasses da Secretaria Estadual da Saúde, através do Programa Inverno Gaúcho com Saúde, UBS Amiga do Idoso e Programa SUS Digital, os mesmos são oriundos do exercício financeiro do ano anterior e estão sendo executados pela Secretária da Saúde, os repasses somam o valor de R\$ 32.624,39 (trinta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos). Os recursos do Programa Inverno Gaúcho com Saúde de R\$ 5.550,00 (cinco mil, quinhentos e cinquenta reais), estão sendo utilizados para ampliar o atendimento médico na UBS Municipal. Os recursos oriundos do Programa UBS Amiga do Idoso, totalizam um repasse de R\$ 4.598,41 (quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), estão sendo utilizados para capacitação dos profissionais de saúde, na qualificação do atendimento ao idoso, para posterior encaminhamento aos ambulatorios dos 60+. Os recursos do Programa SUS Digital, totalizam o valor de R\$ 22.475,98 (vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos), os mesmos, estão sendo utilizados para contratação de serviços de terceiros para auxílio no gerenciamento dos programas do SUS Digital.

**II - Fundamentação:** O projeto se encontra dentro dos ditames legais e devidamente amparado pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, uma vez que é dever do Município executar mecanismos necessários à concretização dos Direitos Sociais, assegurados no artigo 6º da Constituição Federal, através de políticas públicas que possibilitem a prestação continuada de serviços ligados à Saúde, aprimoramento e a melhoria da Atenção Básica em Saúde, uma área fundamental para garantir o acesso da população a serviços médicos essenciais e preventivos. Trata-se de medida que beneficia diretamente a população, especialmente os grupos mais vulneráveis (idosos, crianças, gestantes e pessoas com doenças sazonais), e fortalece a rede municipal de saúde com estrutura, pessoal capacitado e ampliação do atendimento.

**Parecer Final: Somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.**

Sala de Comissões, em 07 de Janeiro de 2026.

**Josiane Ferron Rebelatto**  
**Relator**

**Marli Galafassi Machado**

**Francieli Mezomo Frigeri**